

## INTRODUÇÃO:

Uma análise de conjuntura é um retrato dinâmico de uma realidade e não uma simples descrição de fatos ocorridos em um determinado local e período. Ela deve ir além das aparências e buscar a essência do real. Porém, a realidade mundial, nacional ou local, é multifacetada, o que torna difícil a sua apreensão à primeira vista. O desafio de qualquer análise de conjuntura é compreender as inter-relações das partes que formam o todo, pois a totalidade é um conjunto de múltiplas determinações. Neste sentido, a análise de conjuntura funciona como um mapa que nos permite “viajar” na realidade. Existem mapas mais detalhados ou menos detalhados, assim como existem muitos tipos de mapas: geográficos, rodoviários, ferroviários etc. Cada um é definido em função de um objetivo e tem a sua própria escala. Assim, também, é a análise de conjuntura que busca traçar um mapa da correlação das forças econômicas, políticas e sociais que constituem a estrutura e a superestrutura da sociedade, as quais se vinculam através de relações de poder.

A realidade multifacetada muda se a olharmos de prismas diferentes. Numa sociedade de classe, composta por grupos que possuem interesses antagônicos no interior do processo produtivo, o ponto de vista de classe, não muda a interpretação do real, mas leva a alternativas diferentes de ação e a projetos diferenciados de intervenção social. Isto não quer dizer que existam várias realidades, mas sim que existem várias alternativas de ação frente a uma determinada realidade. Neste sentido, análise de conjuntura deve compreender tanto a análise das fraquezas quanto da solidez de cada força que participa da disputa política e econômica do dia a dia. Uma análise de conjuntura não é a descrição de um sonho. Por mais que não se goste de determinadas características da realidade concreta, não podemos ignorá-la. Em algumas análises, existe uma tendência de se supervalorizar as forças dos aliados e de subvalorizar as forças do inimigo. Para se evitar isto, é preciso que os campos sejam delimitados, estabelecendo-se as correlações entre as diversas forças. Uma análise de conjuntura também não é uma propaganda de um programa partidário, apesar de todo programa conter uma certa análise de conjuntura. Tampouco a análise de conjuntura é uma plataforma de reivindicações. Ao contrário, a análise de conjuntura deve buscar dimensionar as forças que participam da dinâmica social estabelecendo quais as alternativas de atuação dentro desta realidade, não sendo nem uma utopia, nem uma “destopia”.

Uma análise de conjuntura não é uma obra neutra, tomada independentemente de um posicionamento político, já que a escolha das variáveis de análise pressupõe uma escolha diante da realidade. Todavia, deve-se respeitar a dinâmica social, pois as mudanças conjunturais não ocorrem ao sabor da vontade, devendo-se distinguir as condições subjetivas das condições objetivas. Uma análise de conjuntura não deve ficar restrita aos limites inerentes de uma dada situação histórica, mas deve mostrar as oportunidades existentes e as possibilidades abertas no movimento contínuo a cada tempo, em um espaço concreto e nos processos de transformação. Uma análise

---

<sup>1</sup> Professor titular da ENCE e coordenador da Pós-graduação do IBGE. E-mail: [jed\\_alves@yahoo.com.br](mailto:jed_alves@yahoo.com.br)

equivocada conduz a ações inúteis ou desastradas, prejudicando as forças do progresso e fortalecendo a ordem conservadora. Portanto, a análise de conjuntura não pode ser baseada em uma visão fragmentada e unilateral, mas deve buscar a integração dos pontos de vista mutuamente complementares do todo compreensivo.

A análise de conjuntura não deve se limitar aos fatos empíricos. O empirismo, ao supervalorizar os elementos da experiência imediata, fica à superfície das coisas e à margem da essencialidade dos fenômenos sociais. Os acontecimentos manifestos nem sempre são os mais significativos e compete ao investigador construir modelos de análise, baseado em princípios teóricos, que possam ter acesso aos fundamentos do real e que seja capaz de ultrapassar a aparência sensível. A análise de conjuntura não é um “release” dos fatos noticiados na grande imprensa, pois nem sempre as realidades mais evidentes são as mais esclarecedoras. O reducionismo maniqueísta que resume a realidade a partir de um dualismo simplista também deve ser evitado. É preciso saber combinar os diferentes níveis de análise, construindo um sistema de proposições que dêem conta das contradições da realidade, mas que não apresentem proposições contraditórias ou incapazes de explicar um dado domínio de fenômenos.

Algumas etapas do método de se fazer uma análise de conjuntura:

- 1) Seleção do material empírico, buscando realçar os principais fatos econômicos, sociais, políticos e culturais ocorridos no período;
- 2) Análise deste material buscando identificar os elementos comuns que representam novas tendências (o elemento novo que supera o velho) e as invariantes da conjuntura;
- 3) Exame do material contrapondo uma análise das partes para o todo e do todo para as partes;
- 4) Explicação da correlação de forças entre os diversos atores sociais e como as alterações nesta correlação explicam a dinâmica do movimento social;
- 5) Análise sincrônica dos elementos da contemporaneidade;
- 6) Explicação das mediações que traduzem as características abstratas dos vetores de transformação capazes de agregar os fatos dispersos da realidade concreta;
- 7) Comprovação empírica (através de dados estatísticos) das tendências enunciadas nos itens anteriores;
- 8) Análise diacrônica da evolução longitudinal dos dados e fatos;
- 9) Apontar tendências futuras que poderão ser checadas e verificadas em análises posteriores;
- 10) Apontar alternativas de ação e de intervenção social diante do quadro de correlação de forças nacional e internacional.

## CONJUNTURA versus ESTRUTURA

Análise de conjuntura quer dizer análise de conjunto. É a análise das partes que formam um todo complexo. A estrutura, por sua vez, é a interligação do conjunto formado pela reunião das partes ou elementos de uma determinada ordem ou organização. Qual é, então, a diferença entre estes dois termos? Uma primeira diferença importante encontra-se na perspectiva temporal da análise. A conjuntura está relacionada com os ciclos de curto prazo da economia e da política, enquanto a estrutura está relacionada aos ciclos de longo prazo. Uma mudança estrutural geralmente requer várias mudanças conjunturais, enquanto estas últimas podem ocorrer sobre a mesma base estrutural. As transformações radicais da conjuntura só coincidem com as transformações radicais da

estrutura nos momentos revolucionários. O dicionário Aurélio define assim os dois termos:

“Conjuntura econômica:

Situação da economia, especialmente com referência às variações de curto prazo na atividade produtiva ou nos preços”.

“Estrutura:

O que é mais fundamental, ou essencial, estável e relevante (por oposição ao que é acessório, ocasional, ou variável);

A disposição dos elementos ou partes de um todo; a forma como esses elementos ou partes se relacionam entre si, e que determina a natureza, as características ou a função ou funcionamento do todo;

O modo como uma sociedade, ou uma esfera específica da vida social, está organizada, em função das instituições básicas e das atividades e relações que vigoram entre estas;

Conceito teórico das ciências humanas e sociais do século XX (como a lingüística, a psicologia, a antropologia e os estudos literários), formulado diversamente segundo os distintos autores e correntes, mas cujo núcleo é a formalização da idéia de estrutura como um sistema de relações abstratas que forma um todo coerente, que subjaz à variedade e variabilidade dos fenômenos empíricos, e é tomado como atributo interno da realidade, constituindo, por isso, objeto privilegiado da análise”.

Muitas das definições de estrutura apresentadas acima servem também para a conjuntura, pois a análise conjuntural deve descartar os elementos acessórios e ocasionais que não tenham relação determinante com o funcionamento do todo e nem com a maneira como a sociedade se organiza em termos econômicos e políticos. Além disto, toda análise de conjuntura tem que ser estrutural, entendida como “um sistema de relações abstratas que forma um todo coerente”. Contudo, a análise estrutural deve se concentrar nas tendências de longo prazo e pode dispensar o estudo das variações conjunturais, ou sazonais, que mesmo sendo importantes em determinado momento, não acrescentam muito quando se enfoca os ciclos extensos.

A conjuntura econômica está relacionada com o fluxo e o refluxo da atividade produtiva e com a instabilidade das condições de investimento e consumo, dentro de um quadro geral preestabelecido. Já a estrutura econômica está relacionada com os três grandes setores de atividade e as revoluções produtivas que ocorrem ao longo da história do capitalismo. Neste sentido, outra diferença importante entre os termos em questão é que a mudança conjuntural não requer uma mudança estrutural, mas a mudança estrutural implica em transformações na base de organização global da sociedade. É da seguinte forma que o dicionário de economia de Paulo Sandroni define os dois termos:

Conjuntura econômica:

“Termo que define de forma mais dinâmica do que ‘situação econômica’ o fluxo e refluxo das atividades de uma economia ou, de maneira mais genérica, o estudo da totalidade das condições de mercado. O conceito de conjuntura originou-se em meados do século XIX quando se observou, pela primeira vez, a periodicidade das crises econômicas”.

“A freqüente instabilidade das condições econômicas acarreta períodos de queda da produção e do nível de emprego, de declínio dos preços e lucros (período de contração ou conjuntura descendente). Há também épocas de recuperação, com aumento da

produção, expansão da oferta de emprego e melhoria dos padrões de vida (período de expansão ou conjuntura ascendente). Uma recuperação muito rápida, no entanto, pode gerar inflação e especulação, muitas vezes causando nova queda. Essa alternância da prosperidade à depressão e vice-versa, que caracteriza o ciclo econômico, é um movimento observável em todas as economias capitalistas, desenvolvidas ou não”.

“Para alguns autores, o termo conjuntura designa o conjunto de fatores estritamente econômicos que influem na marcha da economia, eliminando assim a incidência de forças naturais e de condições sociais extra-econômicas. Outros definem conjuntura como a soma total das condições que afetam o mercado, qualquer que seja a sua natureza”.

“Os indicadores de conjuntura são um grande número de variáveis econômicas, que se encontram em relações múltiplas e complexas: produção, estoques, número de pessoas empregadas, taxa de juros, receita e despesa do governo, dívida pública, taxa de formação de capital, renda nacional e índices de preços, entre outros. A análise conjunta desses indicadores e de seus movimentos fornece um quadro da situação econômica em que se encontra o país naquele momento, ou seja, em que ponto se encontra a economia dentro do ciclo econômico. Sua identificação e mensuração permitem delinear a evolução futura e fazer previsões que serão utilizadas na elaboração de políticas econômicas mais eficientes. Essas previsões são condicionais e aproximativas, uma vez que outras variáveis, de natureza física (variações climáticas, por exemplo), política, social etc., também influem sobre a conjuntura”.

Estrutura econômica:

“Conjunto de elementos relativamente estáveis que se relacionam no tempo e no espaço para formar uma totalidade econômica”.

“Na economia descritiva, a estrutura corresponde à relação entre os três grandes setores de atividade: primário (atividades agrícolas e extrativas), secundário (atividades de transformação fabril) e terciário (os serviços em geral, inclusive o comércio e os transportes). O crescimento desses setores não ocorre de forma harmônica, mas desigual, e essa defasagem setorial é um elemento básico para se avaliar a estrutura, que corresponde ao grau de desenvolvimento de uma economia. Nessa perspectiva, considera-se menos desenvolvido um país de estrutura agrária, aquele cuja principal atividade econômica se localiza na agricultura. Isso porque os elementos característicos do progresso estariam no setor secundário, o que implica a hegemonia do setor industrial sobre as atividades primárias. A supremacia do setor secundário, correspondente a uma estrutura industrial, foi característica dos países altamente desenvolvidos a partir da Revolução Industrial. Mais recentemente a ênfase tem-se deslocado, nesses países, para o setor de serviços”(…)

“O conceito marxista de estrutura econômica liga-se ao conceito mais amplo de totalidade social. Assim, a estrutura (ou infra-estrutura) representa a base econômica da sociedade, sobre a qual se ergue a superestrutura (relações jurídicas, políticas e demais formas de consciência social). Essa estrutura corresponde ao modo de produção dominante numa formação social e mais especificamente, ao conjunto das relações sociais de produção (forma de propriedade, instrumentos de trabalho e seu desenvolvimento tecnológico, e classes sociais). É o fio condutor que, em última instância, explica os fenômenos político-sociais de uma época. Mas a relação entre a

estrutura e a superestrutura que ela engendra não se dá mecanicamente, é uma relação dinâmica, dialética: os fenômenos econômicos determinam os políticos, mas são também por eles influenciados”.

## MODO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO SOCIAL

O modo de produção e reprodução das condições materiais e imateriais de vida é definido pelo conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção. As forças produtivas são compostas pelos instrumentos e objetos de trabalho (base material e técnica da sociedade) e pela própria mão-de-obra. As relações de produção são o conjunto das relações econômicas e de propriedade que se estabelecem entre as classes sociais. O modo de produção é a totalidade social que engloba a infra-estrutura econômica (base material e tecnológica) e a superestrutura político-jurídica, que abrange, além das leis e da organização do Estado, todas as formas de reprodução da consciência social. Na teoria marxista, as especificidades de cada época não são determinadas pelo que se produz, mas como se produz.

No modo de produção capitalista existe uma clara separação entre os proprietários dos meios de produção (burgueses) e os trabalhadores “donos” unicamente de sua prole (proletários). Esta é a contradição básica, mas não quer dizer que não existam outras forças sociais dentro do processo produtivo. A produção capitalista é privada e voltada para a obtenção do lucro e não necessariamente para atender as necessidades sociais. A concorrência capitalista faz com que a burguesia invista permanentemente no avanço das forças produtivas buscando conquistar mercados lucrativos cada vez maiores para seus produtos. Neste sentido, o capitalismo tem um claro caráter internacional, pois objetiva integrar todos os mercados mundiais. Por isto mesmo, qualquer análise de conjuntura nacional feita nos dias atuais não pode prescindir de situar o país na ordem internacional e na dinâmica global do capitalismo.

Outra contribuição de Marx foi mostrar que as crises econômicas no modo de produção capitalista decorrem, de certa forma, do próprio sucesso do capital, já que “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção”. Os estudos marxistas mostram duas fontes potenciais de crises: a primeira é a tendência à queda da taxa de lucro decorrente do aumento da composição orgânica do capital provocada pelo avanço dos investimentos em capital constante, isto é, máquinas e equipamentos tecnológicos que aumentam a produtividade do trabalho. A segunda é a crise de superprodução (ou subconsumo) em relação à demanda, ou seja, a produção de uma maior quantidade de mercadorias do que a capacidade dos consumidores para compra-las. Para Marx, as crises são provocadas pelo choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção existentes, sendo que a estrutura econômica é determinante em última instância.

Todavia, hoje em dia estas relações estão mais complexas, pois o Estado desenvolveu uma série de instrumentos macroeconômicos que visam criar contratendências cíclicas e a história se encarregou de criar uma estrutura social mais complexa que aquela representada na polaridade capital versus trabalho. Neste sentido, uma análise de conjuntura, para não cair no economicismo, deve dar ênfase na análise política e institucional. Deve, ainda, buscar entender a dinâmica das forças produtivas e das relações sociais entre as classes, subclasses e demais agentes econômicos, não deixando

de considerar as forças e as fragilidades da intervenção estatal, dos organismos internacionais multilaterais e do posicionamento do país na conjuntura global.

Outro complicador da análise é que nenhum modo de produção existe de uma maneira pura. O conceito de modo de produção é uma construção abstrata e homogênea que visa facilitar uma análise epistemológica. Mas na maior parte das sociedades a produção e a reprodução das condições de vida ocorre de maneira heterogênea. Em uma determinada sociedade concreta pode-se encontrar uma variedade de relações de produção. Mesmo existindo uma relação dominante, que tem influência sobre as demais, o conjunto concreto não pode ser ignorado. Dá-se o nome de “Formação Social” a estrutura econômica, social e política que coexiste de maneira articulada entre uma infra-estrutura de natureza desigual e a complexa estrutura institucional e ideológica. Assim, uma análise de conjuntura deve estar baseada em uma fundamentação historicamente determinada e deve estar colada no seu tempo, não caindo na tentação das cópias anacrônicas.

#### ESTRUTURAL versus INSTITUCIONAL

Para facilitar o uso dos termos apresentados costuma-se utilizar o vocábulo Estrutural como sinônimo de infra-estrutura e o vocábulo Institucional como sinônimo de superestrutura. Uma análise de conjuntura deve levar em conta tanto as mudanças estruturais, quanto as mudanças institucionais. A análise de conjuntura deve abranger o conjunto dos problemas quer sejam estrutural ou institucional. Neste aspecto, mesmo sendo uma análise de curto prazo, abarca as variações conjunturais da estrutura. Só não faz sentido falar em “variações estruturais da conjuntura”. Numa linguagem computacional, as questões estruturais correspondem ao “hardware” e as questões institucionais correspondem ao “software”. O software não funciona sem o hardware, nem o hardware sem o software. Ou seja, a estrutura precisa de seu arcabouço institucional e vice-versa. A totalidade abrange os dois componentes que não funcionam separadamente, apesar de terem lógicas de funcionamento e dinâmicas distintas.

As mudanças estruturais são de dois tipos:

- Mudanças do modo de produção, por exemplo, do feudalismo para o capitalismo; do capitalismo para socialismo; ou mesmo do socialismo para o capitalismo.
- Mudanças dentro do modo de produção, por exemplo, mudanças dentro dos marcos do capitalismo: da 1ª Revolução Industrial (quando predominava a indústria têxtil e do ferro, a energia a vapor, as ferrovias, setor primário etc.) para a 2ª Revolução Industrial (predomínio da energia elétrica, petróleo, aço, automóveis, avião, rádio, televisão, telecomunicações, computadores, setor secundário etc.) e, desta, para a Revolução Pós-Industrial, ou Revolução Científica e Tecnológica (predomínio da telemática, Internet, TV digital, genoma, clonagem, automação, setor terciário etc.).

Da mesma forma, as mudanças institucionais são de dois tipos:

- Mudanças do aparato institucional, por exemplo, da monarquia absoluta para a monarquia parlamentar; da monarquia para a república; da ditadura para a democracia formal; do presidencialismo para o parlamentarismo etc.

- Mudanças dentro do aparato institucional, por exemplo, mudanças constitucionais e na organização dos três poderes dentro do sistema presidencialista; mudanças no sistema eleitoral e partidário; mudanças culturais, mudanças fundamentais nas leis trabalhistas e sindicais etc.

Quando uma análise refere-se às mudanças estruturais, estas podem ocorrer na perspectiva situacional ou temporal. No primeiro caso, as mudanças estruturais referem-se às transformações revolucionárias do modo de produção, dentro do modo de produção ou, até mesmo, alterações não revolucionárias ao nível da infra-estrutura econômica e social. Neste sentido, o termo estrutural está relacionado aos fenômenos que ocorrem da base material da sociedade, isto é, no mundo da divisão do trabalho, das tecnologias utilizadas e no complexo conjunto das forças produtivas, incluindo o setor informal da economia. No segundo caso, são mudanças que ocorrem por acúmulos de causas que se avolumam no longo prazo e representam transformações mais permanentes. As mudanças estruturais de longo prazo implicam em alteração na correlação de forças e no equilíbrio de poder entre os agentes sociais.

Um exemplo de mudanças estruturais e institucionais conjuntas é o da “Revolução de 30”, liderada por Getúlio Vargas, que foi um marco fundamental de transformações institucionais ao mesmo tempo em que promovia mudanças do modelo primário-exportador que predominou na República Velha (1889-1930) para o modelo de substituição de importações que prevaleceu de 1930 até os anos 80, antes da abertura indiscriminada da economia brasileira a partir do governo Collor. Tudo isto dentro dos marcos do modo de produção capitalista.

Por outro lado, as questões institucionais referem-se aos fenômenos que ocorrem na super-estrutura jurídico-política, cultural ou ideológica da sociedade. Podem ser mudanças que ocorrem no setor público/estatal, no setor privado dominado pela lógica do mercado ou no chamado “terceiro setor” que inclui uma série de iniciativas particulares visando a atuação no espaço público não-estatal (Conselhos, ONGs, Associações etc.). Os economicistas, aqueles que fazem análises deterministas, tendem a menosprezar as alterações nas instâncias institucionais, baseados na idéia da determinação, em última instância, das forças estruturais. Eles dão mais destaque para o mundo da produção material em detrimento do mundo da reprodução das condições de vida. Mas esta postura já se mostrou completamente equivocada ao longo da história. Louis Althusser mostrou a importância dos “aparelhos ideológicos” que funcionam como um cimento que assegura a coesão do edifício social.

Os aparelhos ideológicos são os métodos e instrumentos utilizados pelas classes dominantes para exercer sua direção e seu poder de persuasão, visando obter o consenso e a realizar sua hegemonia. Vários autores atuais têm chamado atenção para o papel da mídia (jornais, rádio, televisão aberta e a cabo, Internet etc.) e sua influência sobre a opinião pública. Estão também no plano institucional a emergência dos movimentos de mulheres, étnicos/raciais e dos homossexuais (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros - LGBT) que buscam legitimidade para a conquista de direitos e uma cidadania que respeite as diferenças e as identidades de gênero, raça e orientação sexual. Também o “movimento verde” tem apresentado importantes propostas pela defesa dos direitos ecológicos e pelo desenvolvimento ambiental auto-sustentado, constituindo-se num ator influente na esfera institucional.

No plano institucional estão, ainda, os sistemas de idéias e representações sociais e os sistemas de atitudes, costumes e comportamentos sociais. O primeiro sistema abrange as idéias políticas, morais, religiosas e filosóficas que são próprias de cada formação social. As idéias e representações coletivas fazem parte de um conjunto complexo que caracterizam uma dominação simbólica que, às vezes, é mais forte que a dominação material. No segundo sistema, as atitudes e comportamentos consubstanciadas nos costumes e atitudes do dia a dia podem ser um entrave às transformações sociais. De modo esquemático, podemos dizer que as lutas econômicas e sindicais ocorrem mais no plano da estrutura, enquanto as lutas políticas e ideológicas ocorrem fundamentalmente no plano institucional ou da superestrutura. Contudo, não se pode ignorar que na totalidade social esta divisão esquemática perde o sentido, pois as questões econômicas e políticas estão profundamente interligadas e são como a “cara e coroa” de uma mesma moeda. Um erro crasso seria considerar o Estado como um simples “aparelho repressivo” da classe dominante e ignorar as instituições da sociedade civil e a inserção desta nos meandros de poder do Estado.

### TÁTICA versus ESTRATÉGIA

A tática está para a conjuntura assim como a estratégia está para a estrutura, no sentido que a tática diz respeito às questões de curto prazo e a estratégia diz respeito às questões de longo prazo. Diante das diversas manifestações espontâneas que acontecem cotidianamente, as forças sociais organizadas buscam apresentar alternativas parciais (de curto prazo), enfileiradas num “programa mínimo” e alternativas globais (de longo prazo), enfileiradas num “programa máximo”. Assim, uma tática de luta econômica e política é representada por um conjunto de reivindicações parciais e transitórias que possam responder as necessidades da conjuntura, enquanto a estratégia de luta é o conjunto de proposições capazes de propiciar transformações estruturais na organização da sociedade.

Ao contrário de outras estruturas sociais do passado que eram marcadas pelo marasmo e por relações estáticas, a sociedade capitalista é marcada pela dinâmica e pela mobilidade ascendente ou descendente em constante movimento. No capitalismo, o desenvolvimento da tecnologia e das forças produtivas é um processo marcado por períodos de maior ou menor dinamismo e por mudanças nas representações, comportamentos e na correlação de forças entre os atores sociais. A sociedade capitalista é profundamente marcada por contradições e conflitos e por disputas antagônicas. Ela se sustenta em um equilíbrio instável e meio anárquico, mas dinâmico.

Existem ocorrências aleatórias e esporádicas que não se configuram em uma tendência. Mas existe um conjunto de fatos, que mesmo sem aparentar uma causalidade aparente, fazem parte de uma tendência de transformações que podem ocorrer no curto ou no longo prazo. Os primeiros estão mais relacionados com as questões conjunturais e, os segundos, com as questões estruturais. O curto prazo é definido como um período insuficiente para alterar os meios de produção ou as instituições políticas da sociedade. O longo prazo é definido como o período de tempo em que pode haver mudanças estruturais na base técnico-produtiva ou nas instituições políticas e ideológicas.

Nos termos de uma linguagem bélica, a tática corresponde ao horizonte de uma batalha, enquanto a estratégia corresponde ao horizonte de uma guerra. K. V. Clausewitz (1780-1831) disse que “a guerra é a continuidade da política sobre novas formas” e, na mesma



linha, Mao Tsé-tung (1893-1976) afirmou que “A política é guerra sem derramamento de sangue, enquanto a guerra é a política com derramamento de sangue”. Também utilizando uma linguagem militar, Antônio Gramsci (1891-1937) usou os termos “guerra de posição” para definir a tática e as ações empreendidas na conjuntura e “guerra de movimento” para definir a estratégia e as ações empreendidas nos momentos de revolução estrutural. Na guerra de posição os atores sociais adotam a tática de resistência, acumulação de forças e conquistas parciais no jogo de poder, enquanto na guerra de movimento, os atores sociais adotam uma estratégia de ataque frontal e tomada de poder. Para Gramsci, o ataque frontal antes da conquista da hegemonia é uma fonte inesgotável de derrotas. Para ele, a tomada de poder tem que ser precedida da consolidação das “trincheiras” e da conquista de posições sólidas na disputa social, econômica, política e cultural.

A luta política consiste na constante disputa de espaços, no controle dos territórios conquistados e no avanço sobre as hostes inimigas. Na visão de Gramsci, primeiro seria preciso conquistar a sociedade civil e só depois o Estado. Lênin (1870-1924) relacionou o conceito de “agitação” com a tática e o de “propaganda” com a estratégia. Para ele, agitação significa a difusão de poucas idéias para muita gente – a massa, enquanto a propaganda é a difusão de muitas idéias para pouca gente – a vanguarda. Por ironia, quem atualmente melhor utiliza o conceito leninista de “agitação” é a grande mídia que através dos meios de comunicação de massa consegue difundir idéias simples, mas de grande aderência popular.

A tática está relacionada com o “momento atual” de uma sociedade concreta, sendo que cada momento específico sintetiza as contradições de uma determinada formação social que é sempre a “unidade da diversidade”. Numa sociedade heterogênea existem diferentes grupos sociais e diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas. Só o pensamento simplista e mecanicista pode conceber a conjuntura reduzida à contradição básica capital versus trabalho. O conflito básico do capitalismo é uma abstração que só tem efetividade na medida em que se manifesta, na prática, através de contradições principais e secundárias. A função da análise de conjuntura é apontar a natureza principal ou secundária dos conflitos que surgem no dia a dia, evitando os dois erros comuns, mas opostos, que ocorrem no seio das lutas políticas: o economicismo e o voluntarismo.

O economicismo (e o corporativismo) ocorre quando a luta econômica fica presa e restrita às reivindicações específicas de uma categoria ou fração de classe sem estabelecer conexões políticas mais amplas, ficando aquém das possibilidades objetivas. O voluntarismo (ou aventurismo), ao contrário, é marcado por um profundo subjetivismo, pelo superdimensionamento do desejo e do sonho e por uma desconsideração das condições objetivas da realidade. Uma tática correta tem que saber dosar a influência das condições objetivas e das condições subjetivas.

A estratégia vai além da tática na medida em que aponta para um horizonte mais longo e está relacionada com os rumos da luta social e a formação de “blocos históricos” de direção política. Gramsci mostrou que a classe dominante não atua sozinha, mas a cada momento organiza um “bloco histórico” para o exercício do poder, que não se exerce somente pela força, mas através do consenso dos grupos sociais que lhe estão próximos ou são seus aliados. Ele distingue classe dominante de classe dirigente e propõe a troca

do conceito de “ditadura do proletariado” pelo conceito de “hegemonia do proletariado”.

A hegemonia se traduz na capacidade de estar à frente da direção de um sistema de aliança política e na liderança de um processo de transformação social. Neste sentido, uma política de alianças é um componente fundamental para a construção de um bloco progressista de atuação em cada formação social concreta e é um componente vital em qualquer tática ou estratégia de transformação social.

## CONCLUSÕES

Por tudo que foi mostrado anteriormente, percebe-se que a análise de conjuntura não é um documento imparcial feito de uma coletânea de notícias de jornal. Muito menos é uma fotografia estática da realidade. Ela tem como objetivo “filmar” a dinâmica do movimento social, emoldurando o quadro da correlação de forças dos atores políticos da cena nacional e internacional. Ela deve levar em conta não somente os fatos concomitantes e imediatamente contemporâneos, mas deve incorporar a evolução temporal das principais tendências estruturais e institucionais. Deve traçar um cenário que englobe as confluências e tensões, as acomodações e contradições, buscando revelar as continuidades e rupturas ou descontinuidades e multiplicidades. Neste sentido, deve combinar uma análise sincrônica com uma análise diacrônica.

A análise de conjuntura deve começar traçando um panorama da situação mundial devido ao caráter internacional do sistema econômico em que vivemos. Atenção especial deve ser dada aos países capitalistas avançados, comumente chamados de países do Primeiro Mundo. É necessário compreender a dinâmica do centro do capitalismo internacional e a irradiação de suas influências, pois a economia mundial está interligada através de relações de domínio, dependência e subordinação. As diferenças entre as diversas regiões do mundo e dos blocos regionais também precisam ser analisadas, antes de se partir para a análise local. Nos séculos XVII e XVIII houve uma mudança no centro de gravidade do crescimento econômico da Holanda para a Inglaterra. Uma das consequências das duas grandes guerras do século XX foi acelerar a transferência da hegemonia inglesa para os Estados Unidos. Provalvemente, uma nova mudança de hegemonia deve acontecer no século XXI e, sem dúvida, o centro de gravidade econômico internacional deve pender para a populosa região da Ásia.

Este novo mapa geopolítico do mundo irá afetar a dinâmica do Brasil e dos países da América Latina. Desta forma, o panorama nacional de uma análise de conjuntura deve começar situando o país diante da ordem internacional e das novas relações de força, mostrando o tipo de inserção existente e os graus de liberdade da economia e das políticas nacionais. Deve-se traçar o quadro estrutural a partir das variáveis macroeconômicas e de uma série de indicadores que as instituições oficiais e os institutos de pesquisas disponibilizam regularmente. No quadro político, deve-se traçar um quadro do jogo parlamentar e da dinâmica dos partidos, do movimento sindical e demais movimentos sociais, culturais e populares.

A análise de conjuntura não deve se basear numa atitude reativa, mas deve ser proativa e propositiva, sem cair, porém, no extremismo ou no moderantismo. Ela deve saber “medir” a velocidade da dinâmica social para não ficar atrás dos acontecimentos, nem à frente da realidade. A análise tem que ser tempestiva, isto é, tem que ser apropriada para

cada tempo histórico e para cada formação social concreta. O anacronismo consiste em fazer propostas intempestivas, isto é, fora do seu tempo. Os extremistas e voluntaristas são aqueles que querem antecipar os fatos sociais e dar um rumo para o movimento de massas, como se os dogmas subjetivos fossem capazes de superarem as condições objetivas e a marcha concreta da história. Já os moderantistas e imobilistas são aqueles que ficam aquém das possibilidades históricas do movimento social. Portanto, a atuação política precisa sempre achar o ritmo correto da marcha, pois qualquer aceleração pode levar ao esquerdismo (vanguardismo) e qualquer desaceleração pode levar ao direitismo (conservadorismo).

A passividade é, certamente, uma atitude imobilista, mas que não poderá ser superada com ativismo da vanguarda e sim com medidas adequadas que façam avançar a consciência social e a livre manifestação dos grupos multiidentitários.

Por fim, a análise de conjuntura é fundamental para aqueles que querem balizar sua intervenção política baseada em princípios sólidos. A análise de conjuntura só é desnecessária para aqueles que julgam conhecer a fórmula da interpretação atemporal e do progresso, como se a intervenção social fosse uma receita de bolo a ser aplicada em qualquer lugar e em qualquer tempo. Neste caso, basta repetir o dogma como se fosse um mantra que, de tanto ser repetido, assume ares de verdade. Para os dogmáticos basta que o movimento de massas se levante e se incorpore, pois a roupa da revolução já está pronta, cabendo às massas se adaptarem ao figurino da doutrina dos sectários. Os sectários também vivem em uma camisa de força.

Mas para quem não acredita na predeterminação da história e nem em receitas de bolo para a compreensão social, a análise de conjuntura é um rico instrumento de aprendizagem, de contextualização e de sintonia fina com a realidade.